

Domingo, 7 de março de 2004

Política Grande ABC

DIÁRIO DO GRANDE ABC

3

# ‘Carta do ABC’: um ano nas mãos de Lula e só dois pontos atendidos

Documento entregue em março de 2003 ao presidente contém oito prioridades do Grande ABC

Roney Domingos  
Da Redação

**N**a próxima quarta-feira, a *Carta do ABC*, documento com oito reivindicações prioritárias da região, vai completar o primeiro aniversário nas mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele recebeu a lista durante uma reunião reservada com os sete prefeitos, em março de 2003, durante sua visita à sede da Daimler-Chrysler, dona da marca Mercedes-Benz, em São Bernardo.

Nestes primeiros 12 meses, o governo atendeu parcialmente a dois das oito reivindicações dos prefeitos. Iniciou a liberação dos recursos para a obra do coletor-tronco de esgotos, primeiro item da pauta, e inaugurou um posto avançado do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) dentro da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, em Santo André, quando, na verdade, a solicitação inicial era de um braço executivo do banco na região.

O Orçamento da União de 2004 dá sinais, entretanto, de que duas das principais reivindicações da *Carta do ABC* não inspiram no governo o sentido de urgência que os prefeitos expressam no documento.

Na carta entregue ao presidente Lula, os prefeitos ressaltaram a importância logística que o trecho Sul do Rodoanel Mário Covas terá para as cidades do Grande ABC. No entanto, embora a bancada paulista tenha requisitado R\$ 100 mi-



Lula (6º da esq. para a dir.) e os prefeitos da região: reivindicações entregues durante visita à Daimler-Chrysler, em São Bernardo

lhões iniciais para os primeiros passos da obra – cujo preço total é de R\$ 1,9 bilhão –, o governo aceitou no Orçamento apenas R\$ 17,7 milhões, menos de 1% do custo total.

Com relação ao Ferroanel – outra prioridade da *Carta do ABC* –, os deputados paulistas e não apenas os quatro parlamentares do Grande ABC reivindicaram R\$ 80 milhões, dinheiro suficiente apenas para o esboço do projeto de construção da linha ferroviária no mesmo leito do Rodoanel.

Mas o governo, pressionado pela necessidade de superávit primário, aprovou no Orçamento apenas R\$ 8,75 milhões, ainda sujeitos a novos cortes.

Os outros pedidos dos prefeitos não demandam inicialmente investimentos em dinheiro, mas necessitam de amadurecimento político. O governo Lula sinalizou com boa vontade política porque, em resposta à *Carta do ABC*, cerca de dois meses depois, os prefeitos receberam a visita do

ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. É um tratamento muito diferente do que o dispensado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que durante anos recusou-se a sequer conceder audiência para tratar das reivindicações.

A quarta prioridade é o fortalecimento das cadeias produtivas, incluindo o Pólo Petroquímico de Capuava, cuja ampliação depende de uma resposta da Petrobrás, que a estatal adia desde dezembro passado. Nesse episódio, em

que todos os prefeitos estão envolvidos desde 1997, até o governador Geraldo Alckmin (PSDB), tenta intervir. O último lance foi a visita da ministra das Minas Energia, Dilma Rousseff, que validou a necessidade do projeto. Mesmo assim, a resposta da Petrobrás ainda é uma incógnita.

Outro ponto importante da lista é a criação de um campus universitário federal no Grande ABC. Os primeiros avanços neste sentido, obtidos com o então ministro da Educação

Cristovam Buarque, foram abortados com sua demissão. Agora os articuladores políticos do Grande ABC tentam recomençar o trabalho com o novo ministro, Tarso Genro. Para isso, já têm um projeto de lei autorizando a criação da universidade federal e coletam cerca de 50 mil assinaturas para dar sustentação política ao projeto.

Também depende de amadurecimento político a proposta de reconhecimento institucional das associações de municípios para o planejamento e gestão de políticas públicas regionais. O projeto daria autonomia administrativa às entidades como o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que sem este aparato institucional ficam engessadas apenas no planejamento, sem condições de agir em nome de uma região. Não podem sequer obter um empréstimo ou firmar um convênio de interesse regional, por exemplo. O governo federal trabalha na minuta de um projeto de lei sobre o assunto e organiza seminários para debater o tema.

O último ponto trata da questão da segurança pública. Os prefeitos querem apoio do governo federal para formar um sistema regional de segurança pública, com a criação de um núcleo de inteligência, patrulhamento aéreo, geoprocessoamento para planejamento de estratégias comuns e outras concepções arrojadas. No entanto, embora esteja na carta e tenha alguma correspondência no governo federal, o assunto parece ainda não ter decolado na região. □